

Um balanço dos projetos indígenas enviados ao PDPI

Fábio Vaz Ribeiro de Almeida¹

Resumo

O presente artigo procura analisar o perfil de 112 projetos recebidos até dezembro de 2002 pelo PDPI, enviados por diferentes organizações indígenas e entidades de apoio que atuam em toda região amazônica. O perfil de tais projetos e as conversas que travamos com os seus formuladores, produzem vasto material para se discutir importantes temas do campo indigenista que nos interessam, tais como autonomia e assistencialismo.

Palavras - chave: Desenvolvimento sustentável, povos indígenas, política indigenista, autonomia.

Abstract

This paper analyzes the profile of 112 projects produced by Indigenous or Indigenists Organizations working in Brazilian Amazon and submitted to PDPI until December 2002. The nature of the projects and speech of the people elaborating the proposals provide a large amount of information to discuss important matters for the Indigenist Field such as autonomy and assistencialism.

Keywords: Sustainable development, indigenous people, indigenist policy, autonomy.

Introdução

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Endereço: Rua Bento Albuquerque, 1520 / 402, Papicu, 60.190-080, Fortaleza-CE; Tel.: (085) 265-1776 / 9991-3075; Fax: (085) 472-0820; e-mail: leomota@secrel.com.br.

O 'Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas' (PDPI) é, para esclarecer àqueles que ainda não o conhecem, um componente do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), dentro do Ministério do Meio Ambiente. Tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações indígenas da Amazônia Legal, com a preservação do meio ambiente de suas terras. Com recursos governo alemão, apóia projetos de iniciativa das comunidades indígenas em três áreas temáticas: Valorização cultural, Atividades econômicas sustentáveis e Proteção do território. Além disso, possui um componente de Fortalecimento Institucional, que pretende fortalecer capacidades das organizações Indígenas em gerenciar tais projetos com financiamento do governo britânico.

O trabalho da equipe técnica que acompanha os projetos enviados para a Unidade de Gerenciamento, não se resume apenas a receber os projetos e avaliar se se enquadram no perfil de projetos que podem ser apoiados pelo PDPI, mas também procuramos dar sugestões para o aprimoramento dos projetos discutindo-os com lideranças indígenas e seus assessores. Daí a importância de termos uma equipe multidisciplinar, com um gerente indígena e com a participação de antropólogos. Desse modo, podemos potencializar as contribuições de diferentes áreas do conhecimento.

Depois da triagem dos projetos, enviamos para pelo menos dois pareceristas 'ad hoc', que os recomendam ou não. A presença de antropólogos, ecólogos, engenheiros florestais ou agrônomos e sociólogos, entre outros especialistas que figuram em nosso cadastro de consultores, é de fundamental importância para que tais pareceres possam ser complementares. Além disso, temos a possibilidade de contratar consultores para elaborar projetos com bom potencial, e/ou para ajudar na sua implementação quando necessários.

Os projetos enviados pelas Organizações Indígenas começaram a chegar no PDPI a partir de dezembro do ano de 2001, depois de um longo processo de discussão no qual a COIAB foi um interlocutor privilegiado². Durante todo o ano de 2002, mais de cem projetos foram enviados para análise. Algumas informações sobre o perfil dos projetos apresentados podem ser valiosas não apenas para subsidiar uma análise do próprio PDPI quanto a seus objetivos e aos resultados que pretende alcançar, mas também para discutirmos as diferentes concepções que perpassam os projetos, que a grosso modo podemos definir pela oposição

assistencialismo x autonomia. Nesse sentido, uma análise do perfil dos projetos foi preparada para cada reunião da Comissão Executiva do PDPI, de modo a subsidiar suas discussões.

A Comissão Executiva é o órgão máximo de deliberação do PDPI, onde índios e não-índios discutem de forma paritária suas diretrizes, e julgam os projetos recomendados pelos pareceristas. A equipe técnica do PDPI produz tais análises para a Comissão Executiva, de modo que ela permaneça podendo decidir, baseada em informações qualificadas e sistematizadas, e não se torne apenas espaço de legitimação uma política governamental. Quer com isso garantir a continuidade de uma participação diferencial do movimento indígena no projeto.

Uma breve análise dos projetos enviados ao pdpi

Na já mencionada triagem inicial, realizada por uma equipe de apenas três pessoas, que ainda acumulam outras funções técnicas em relação aos projetos aprovados, o 'fluxo', representado pelos projetos que chegam e cartas de pedido de esclarecimento ou de devolução que saem, pode ser lido, como tentarei demonstrar, como um diálogo permanente entre formuladores de projetos (incluindo índios e não-índios) e a equipe do PDPI. Esta trabalha em um 'processo educativo', de modo a incentivar projetos não assistencialistas, com participação efetiva de diferentes membros das comunidades, inovadores, demonstrativos e sustentáveis, para citar alguns dos principais parâmetros julgados na avaliação de propostas para o PDPI. Esta claro que este 'processo educativo', que incentiva projetos com um determinado perfil, pode ser lido como uma forma de intervenção nas sociedades indígenas. Mas claro também está que a alternativa de isolá-los do contato não pode ser levada a sério, e que a solução assistencialista já se mostrou inadequada.

O quadro abaixo apresenta os projetos recebidos por Unidade da Federação, e a situação daqueles que passaram pela triagem inicial da equipe técnica do PDPI.

² A respeito da participação da COIAB na construção do projeto, ver ALMEIDA e CAVUSCENS,2000.

Tabela 1 - Número de projetos recebidos por cada estado, situação dos projetos e número de projetos propostos por organizações não indígenas

Estado ³	% da pop. Ind. da Amazônia	Nº projetos recebidos (% do total)	Reprova - dos por GAP	Encami - nhados UG/CE	Aprova - dos UG/CE	Reprova - dos UG/CE	Proponen - te não indígena
AC	4,7	12 (10,7%)	1	3	3	0	1
AM	44,7	41 (36,6%)	4	15	13	2	1
AP	2,5	2 (1,8%)	0	1	1	0	0
MA	7,1	8 (7,1%)	0	3	3	0	1
MT	8,6	12 (10,7%)	2	2	2	0	3
PA	7,8	12 (19,7%)	3	1	1	0	3
RO	2,8	18 (16,1%)	3	3	0	3	1
RR	18,5	4 (3,6%)	0	2	2	0	1
TO	3,2	3 (2,7%)	0	2	2	0	0
Total	100⁴	112	13	32	27	4	11
%	---	100	11,6	27,7	24,1	3,6	9,8

Dos números da tabela acima, se destacam a pequena quantidade de projetos enviados por entidades do Estado de Roraima, proporcionalmente a grande população indígena daquele Estado, e de outro lado o número expressivo dos projetos de Rondônia. A pequena quantidade de projetos de Roraima talvez se explique pela prioridade que o movimento indígena do Estado tem dado à resolução do problema da terra, em especial a T.I. Raposa Serra do Sol. Apesar da pequena quantidade de projetos enviados, o Estado de Roraima teve dois projetos aprovados. A mesma porcentagem de projetos aprovados ocorreu no Estado do Amapá, e uma ainda maior é verificada para o Tocantins.

Por outro lado, apesar de ter chegado ao PDPI uma grande quantidade de projetos do Estado de Rondônia, nenhum deles chegou a ser aprovado até agora.

³ Estamos considerando o estado onde se encontra a Organização Proponente e não obrigatoriamente a(s) Terra(s) Indígena(s) beneficiadas.

⁴ Total de 200.400 pessoas. Fonte: FUNAI 1999 no Documento de Projeto PDPI 2000.

Acreditamos que a reflexão acerca do perfil dos projetos apresentados, que aqui vamos propor, poderá ajudar a entender tal situação.

A tabela acima apresentada, mostra também como o PDPI está sendo encarado como um projeto DOS Povos Indígenas, resultado também do processo de sua gênese. Dentre os projetos apresentados ao PDPI, menos de dez por cento tem como proponente organizações não indígenas, e em quase todos os casos isso aconteceu para superar uma natural limitação dos próprios índios em termos de organização, como é o caso dos Yanomami.

Em relação às linhas temáticas dos projetos aqui analisados, vemos na tabela a seguir sua distribuição por estado e a porcentagem dos que chegaram a ser encaminhados para aprovação.

Tabela 2 – Distribuição de projetos por linhas temáticas⁵ e estado

Estado	No. de projetos apresentados (% do total de projetos)	Valorização Cultural (% entre os proj. do Estado)	Proteção do Território (% entre os proj. do Estado)	Atividades Econômicas Sustentáveis (% entre os proj. do Estado)
AC	12 (10,7%)	4 (33,3%)	2 (16,6%)	8 (66,7%)
AM	41 (36,6%)	16 (39%)	10 (24,4%)	34 (82,9%)
AP	2 (1,8%)	1 (50%)	1 (50%)	-
MA	8 (7,1%)	1 (12,5%)	5 (62,5%)	4 (50%)
MT	12 (10,7%)	4 (33,3%)	4 (33,3%)	6 (50%)
PA	12 (10,7%)	-	5 (41,7%)	9 (75%)
RO	18 (16,1%)	3 (16,7%)	2 (11,1%)	15 (83,3%)
RR	4 (3,6%)	1 (25%)	-	3 (75%)
TO	3 (2,7)	3 (100%)	1 (33,3%)	3 (100%)
TOTAL	112 (100%)	33 (29,5%)	30 (26,8%)	82 (73,2%)
Encami- nhados à UG/CE (% dos projetos) encaminha dos nesta linha temática)	32 (27,7%)	10 (30,3%)	8 (26,7%)	20 (24,4%)

⁵ Nesta tabela, são consideradas todas as classificações das propostas (várias são de mais de uma linha temática), motivo pelo qual a soma do total de projetos de cada uma das três linhas temáticas é maior do que o total de 112 projetos.

Dentre os projetos que cobrem exclusivamente uma linha temática (83 propostas), 53 (cerca de 64%) são para Atividades Econômicas Sustentáveis, 16 (aproximadamente 19%) para Proteção das Terras Indígenas e 14 (17%) para Valorização Cultural. A partir da análise realizada para a primeira reunião da Comissão Executiva, decidiu-se que a equipe do PDPI iria estimular um maior número de projetos das áreas de Valorização Cultural e Proteção do Território, visto que os projetos de Atividades Econômicas Sustentáveis eram a grande maioria. As porcentagens desta amostra, são já resultado de uma leve reversão desta tendência.

Os projetos econômicos têm tido sempre muita demanda, e são marcados mais fortemente pelo contato prévio com o mercado, ou o 'mercado de projetos'. No processo da triagem, como já aqui levantado, a equipe do PDPI interage com lideranças e assessores que formulam os projetos enviados, tendo portanto uma boa oportunidade de diálogo e de entender seus posicionamentos e idéias, considerando os limites de tempo e da distância que separa os técnicos do projeto de suas populações alvo. Deste diálogo e da leitura dos próprios projetos podemos propor uma análise que vai um pouco além dos dados quantitativos dos projetos. Podemos pensar nos motivos para a não aprovação de alguns deles.

Em relação à Rondônia, por exemplo, fica muito claro que o perfil dos projetos enviados ao PDPI está marcado por uma relação anterior que os indígenas desse estado tiveram com o Planafloco (programa do Banco Mundial com atuação restrita ao Estado) e que têm ainda com a FUNAI local. Os projetos invariavelmente vinham carregados de uma quantidade bastante grande de elementos de infra-estrutura, desnecessários para as atividades propostas, apesar de reconhecermos a importância para os índios da região de barcos, Toyotas, computadores e outros materiais para equipamento das associações.

Tal característica, no entanto, não aparece apenas nos projetos do Estado de Rondônia. Ela está bem distribuída em diferentes regiões da Amazônia, demonstrando a força das idéias assistencialistas nas práticas do indigenismo oficial, que tem suas origens no SPI.

Alguns exemplos da persistência das idéias assistencialistas, mesmo quando carregadas de um verniz 'inovador', com o discurso fácil do 'desenvolvimento sustentável' e da autonomia dos povos indígenas, podem ser bastante ilustrativos.

Em certa ocasião, quando conversava com uma assessora sobre o problema do perfil dos projetos apresentados, ela me disse que concordava, e que havia conversado com os índios a esse respeito, mas que eles tinham decidido que o projeto deveria ser daquele jeito, e como ela era favorável à autonomia indígena resolvera elaborar o projeto e enviar ao PDPI. A questão central não é se tais projetos são necessários, mas onde tais projetos podem ser apresentados. Certamente não ao PDPI, um programa que pretende contribuir para melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas da Amazônia Legal, preservando o meio ambiente das terras onde vivem, através de projetos demonstrativos. A idéia aqui, portanto, é fugir do assistencialismo e das idéias pouco inovadoras, visto que os poucos recursos disponíveis devem ser usados para demonstrar a viabilidade de novas soluções para os antigos problemas vividos pelos povos indígenas do país. Os recursos do PDPI, se fossem usados em atividades de assistência aos índios, de responsabilidade da FUNAI, não durariam um ano, e ainda assim seriam insuficientes.

Em outra ocasião, enquanto discutia pelo telefone com outro assessor alguns detalhes dos motivos da não aceitação de um projeto, perguntei-lhe o que fariam para dar sustentabilidade à um barco que pretendiam comprar. O projeto descrevia que os índios já haviam conseguido da FUNAI algo semelhante há alguns anos, mas a vida útil deste barco tinha se esgotado. Argumentei com o assessor que o mesmo deveria acontecer com o barco a ser comprado pelo PDPI, e que eles deveriam prever meios para a sua manutenção, inclusive depois do final do projeto. Ele me disse então que “quando o seu barco acabasse, o Estado deveria dar outro”.

Se algumas vezes o assessor ‘fala pelos índios’, outras vezes demonstram uma certa submissão à qualquer demanda indígena. Esta submissão às demandas indígenas, aliás, acreditamos ter raízes em uma idéia que apesar de bem intencionada, é mais danosa à construção de uma verdadeira autonomia dos povos indígenas, do que contribui para ela. Essa idéia parte do fato inegável de que o processo histórico de exclusão a que estes povos foram submetidos, deve ter como contraponto uma política que hoje chamaríamos de ‘ação afirmativa’. No entanto, acaba confundindo essa ação afirmativa com um assistencialismo que se baseia na idéia de que “os índios têm sempre razão”.

Algumas lideranças indígenas confrontadas com a negativa à uma demanda que consideram (com razão) não apenas justa, mas também necessária, costumam ter uma reação um pouco diferente. Normalmente apelam para a legitimidade de

suas demandas, em um 'discurso do nativo', que sabe o que é bom para seu povo, deslegitimando qualquer discussão com não-índios. Isso aconteceu, por exemplo, quando dizíamos a uma liderança Ticuna (amiga de longa data) que eles deveriam mostrar que a compra de um motor e bote seria necessária às atividades do projeto, caso contrário era melhor tirá-los do orçamento. Sua reação foi dizer que eles é quem sabiam o que era importante, e que eu não estava ajudando, mas atrapalhando. Expliquei que para o PDPI o projeto não era uma desculpa para comprar um motor, mas um planejamento para solucionar o problema descrito, e que se para a associação o projeto só valia a pena se comprasse o motor, para o PDPI só valeria a pena comprar o motor caso as atividades de cursos e viagens descritas no projeto dependessem desse bem.

A concepção de projetos como uma lista de compras, arraigada nas práticas assistencialistas da FUNAI, que historicamente deu exemplos aos índios de todo o país que um projeto era aquela lista de enxada, terçado e forno de torrar farinha pode ser mais claramente visualizada em um último exemplo concreto. Esse exemplo é de um projeto de proteção de uma terra indígena, onde o único bem descrito em seu orçamento era uma Toyota. Esse projeto, não sem motivo, foi elaborado por uma liderança indígena que é também funcionário da FUNAI, sendo evidente que não passava de pretexto para adquirir o carro, que era necessário para a referida proteção, mas não bastava para garanti-la.

As cartas de devolução ou pedido de esclarecimentos, quando procuramos apontar tais problemas, por exemplo, muitas vezes foram tomadas como uma intromissão da equipe, pelo desconhecimento das peculiaridades locais que uma equipe centralizada em Manaus certamente tem do resto da Amazônia.

Por outro lado, o trabalho dialógico da equipe do PDPI, e de outros tantos assessores que trabalham a longo tempo com a perspectiva da sustentabilidade em projetos de intervenção social, respeitando modo de vida e preservando o meio ambiente, tem feito aparecer vários projetos interessantes, muitos deles com valores até modestos, mas com idéias realmente inovadoras. Tais projetos e suas idéias, poderiam ser objeto de uma análise mais detalhada em outro momento. Acreditamos que quando seus resultados já estiverem visíveis e suas experiências puderem ser replicadas para outros povos e regiões, poderemos desenvolver uma análise mais aprofundada acerca da sustentabilidade dos projetos apoiados pelo PDPI.

A interação da equipe do PDPI e outros pesquisadores, especialmente aqueles antropólogos interessados em uma pesquisa antropológica comprometida, pode ser bastante frutífera, e não é outro o interesse dessa discussão. Antropólogos comprometidos podem atuar como consultores do PDPI ou terem seus próprios projetos de pesquisa independentes, gerando um feedback fundamental para a continuidade da reflexão crítica sobre os resultados do próprio programa. São, nesse sentido, fundamentais para a discussão no campo indigenista de temas como autonomia e assistencialismo, assim como a discussão do papel do antropólogo como funcionário do Estado em projetos de intervenção social que atuam com comunidades indígenas.

Bibliografia

ALMEIDA, Fabio Vaz R. de. & CAVUSCENS, Silvio. 2001. "A atuação da sociedade civil organizada nos sub-programas do PPG7: uma nova perspectiva com a participação indígena no PDPI" *Comunicação no X Encontro de Cientistas Sociais do Norte e Nordeste* Salvador – BA.